

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

BIANCA GARCIA SEGATI

**SÍNDROME DE ASPERGER: REFLEXÕES ACERCA DA
INCLUSÃO ESCOLAR**

MARINGÁ

2014

BIANCA GARCIA SEGATI

**SÍNDROME DE ASPERGER: REFLEXÕES ACERCA DA
INCLUSÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso –
TCC, apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual
de Maringá, como requisito para
cumprimento das atividades exigidas
no componente curricular TCC.

Orientação: Profa Dra Celma Regina
Borghetti Rodriguez.

MARINGÁ

2014

SEGATI, Bianca Garcia. **Síndrome de Asperger: reflexões acerca da inclusão escolar**. 2014. 21 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Bianca Garcia Segati¹

Celma Regina Borghi Rodriguero²

RESUMO

Esta pesquisa teve como tema o desafio da Educação Inclusiva no meio escolar e a inclusão da criança com Síndrome de Asperger (SA). O estudo tem como objetivo geral investigar as possibilidades de inclusão da criança com S.A na escola regular e como desdobramentos deste, definir e caracterizar a S.A, verificar as formas de atendimento preconizado nas políticas educacionais inclusivas, discutir as possibilidades e os limites da educação das crianças com S.A no contexto da escola regular e identificar possíveis técnicas para alfabetização. A S.A integra o grupo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs), é resultante de uma desordem genética e apresenta semelhanças com o autismo. A família tem um papel relevante e indispensável junto à medicina quando se trata de observar e diagnosticar a criança no seu campo social, estabelecendo tratamento específico. No entanto, da mesma forma que é importante a identificação da síndrome, trabalhar com a criança com esse diagnóstico dentro da escola tem se constituído num desafio. Nesta pesquisa, de caráter bibliográfico, refletimos sobre a necessidade de profissionais especializados para acompanhar a criança com Asperger. Como resultado, apontamos que a inclusão é viável desde que atenda às necessidades da criança com S.A e promova o acesso desta ao conhecimento, ou seja, possibilite a aprendizagem de conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. Desse modo, a criança será incluída e poderá apresentar resultados positivos em seu desenvolvimento educacional e social.

Palavras-chave: Educação. Síndrome de Asperger. Inclusão escolar.

ABSTRACT

This research is themed the challenge of inclusive education in schools and the inclusion of children with Asperger Syndrome (AS). Aims to investigate the education's possibilities of a child with AS into the mainstream class; Verify the

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia.

² Prof^a Dr^a do Departamento de Teoria e Prática da Educação da UEM, Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

ways of preconized assistance in the inclusive educational policies; Discuss the education's possibilities and limits on children with SA in the context of regular school and identify possible techniques for literacy. The SA includes the group of Pervasive Developmental Disorders (PDDs) and results from a genetic disorder, being similar to the autism. The family has an important and indispensable role next to medicine when it comes to observe and diagnose children in their social field, establishing specific treatment. Nevertheless, in the same way that is important the identification of the syndrome, working with children with this diagnosis in the school has constituted a challenge. In this bibliographical research, we reflect the need for skilled professionals of following the children with Asperger's. As a result we can state that the inclusion is necessary, as long as it is done right, this way children will be included and provide results in their educational and social development.

Keywords: Education. Asperger syndrome. School inclusion.

A lei da Sabedoria, “Feliz é o homem que acha sabedoria e o homem que adquire conhecimento, porque melhor é o lucro que ela dá do que a prata, e melhor a sua renda do que o ouro mais fino. Mais preciosa do que pérolas, e tudo o que pode desejar não é comparável a ela” (Provérbios 3.13-14).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a Síndrome de Asperger (S.A) e algumas reflexões sobre as possibilidades de inclusão escolar. As discussões sobre a S.A tiveram início nos Estados Unidos da América, sendo caracterizada, naquele momento, como um problema psicológico. A primeira pesquisa neste campo foi realizada por um médico pediatra de Viena chamado Hans Asperger que, no início de seus estudos nomeou a “doença” como uma psicopatia autística, em 1944. Mas apenas 20 anos depois com o aumento das informações sobre a síndrome, a mesma passou a ser identificada por S.A. Para isto muito contribuiu o trabalho de especialistas como Tony Attwood, Lorna Wing, entre outros.

Podemos estabelecer relações entre grandes personalidades da história que apresentaram características da S.A, como Albert Einstein, o compositor Mozart, o filósofo Sócrates e o pintor renascentista Michelangelo, dentre outros. Eles constituem-se importantes exemplos, uma vez que todos dispunham de uma área cognitiva que realmente era perfeita, sendo ela na pintura, na escrita e mesmo na música. As pessoas com S.A podem apresentar memória extraordinária, na recordação de dados e datas, são pensadores completos, capazes de fazer abstrações, apresentando um vocabulário extenso.

A escolha do tema em tela deve-se ao fato de nos sentirmos instigadas no decorrer da atividade de estágio obrigatório realizado em Escola do Município de Maringá, no Ensino Fundamental. Tivemos a oportunidade de trabalhar com uma criança com S.A, o que despertou o interesse em saber quais seriam as maneiras adequadas de ensinar uma criança com essa condição e como desvendar o seu universo.

Nestes termos, este estudo tem como objetivo geral investigar as possibilidades de inclusão da criança com S.A na escola regular e como desdobramentos deste, definir e caracterizar a S.A, verificar as formas de atendimento preconizado nas políticas educacionais inclusivas, discutir as possibilidades e os limites da educação das crianças com S.A no contexto da escola regular, assim como possíveis técnicas utilizadas.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que buscou envolver autores que discutem a temática em questão. Conforme destaca Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Alves-Mazzotti (1998) refere-se à importância da análise crítica para o pesquisador na hora da problematização do tema a ser investigado, além de criteriosa definição do referencial teórico e uma boa revisão bibliográfica.

Buscamos subsídios para a pesquisa nos pressupostos da Psicologia histórico-cultural, mais especificamente, nos estudos de Vygotsky (1896-1934) e na proposição do autor, de que o homem não pode ser estudado fora das condições objetivas em que vive, contudo, as marcas da existência social para ele não estão apenas nas coisas, mas na mente humana, que elabora conceitos a partir dos signos dos quais se apropria.

Para melhor organização e compreensão, estruturamos nosso trabalho em três momentos. No primeiro momento apresentamos as características da S.A ressaltando as relações sociais das pessoas que a apresentam; no segundo momento destacamos as diferentes formas de atendimento preconizados nas políticas educacionais inclusivas; no terceiro momento tratamos das possibilidades e limites da educação da criança com S.A no contexto da escola regular e as possíveis técnicas para alfabetização.

CARACTERIZANDO A SÍNDROME DE ASPERGER

A S.A foi apresentada pela primeira vez no ano 1943, pelo psiquiatra suíço Hans Asperger, mas foi incluída no DSM-IV com critérios para diagnóstico apenas em 1994 (MELO, 2007). Naquela época, concebida como um distúrbio de estrutura de personalidade caracterizava-se, essencialmente, por uma alteração de contato com o ambiente. Atualmente, a referida síndrome integra o grupo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs) de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

A S.A é frequentemente, considerada uma forma altamente funcional de autismo. Pode levar à dificuldade de interagir socialmente, a comportamentos repetitivos e falta de jeito. Constitui-se um transtorno ainda em estudo e muitas

vezes, pode ser confundida com o autismo clássico ou até mesmo com outros tipos de deficiências ou transtornos. Para um possível diagnóstico é importante que a família, com acompanhamento médico, esteja atenta aos aspectos que caracterizam de fato o Asperger. É necessário estar atento aos aspectos individuais da criança e sua relação social, podendo então, oferecer o atendimento específico e qualidade de vida para essa criança.

Schwartzman (1992) destaca que os indivíduos com S.A também costumam apresentar interesses peculiares, o que dificulta seu campo de interação social. Dentre esses, pode-se destacar: interesse em conversas referentes à astrologia; à matemática; às artes; entre outros. Sobre os assuntos que têm prazer ler e decoram todas as informações possíveis, deixando seus ouvintes admirados com tanto conhecimento.

Por outro lado, as crianças que apresentam essa síndrome são taxadas como anti-sociais. Conforme cita Segar (2007), as crianças com S.A por apresentar certa dificuldade na comunicação por meio da linguagem corporal, a maioria não consegue olhar nos olhos do outro, permanece com a cabeça abaixada ou evitando o olhar, apresenta comportamentos egocêntricos e inadequados à situação social, às vezes, pode ser grosseiro, rude e ofensivo.

Segundo Barros (2008) apesar da diversidade nosológica - ciência que trata da classificação das doenças - neste caso de S.A, uma característica garante originalidade e unanimidade nesse diagnóstico: a inadequação social. Ainda conforme o autor existe um fato que é bastante peculiar nesse transtorno; a dificuldade na linguagem não-verbal. Isso acontece pelo tipo de expressão que se mostra através do menor contato ocular devido à sua postura de não demonstrar gestos de interesse e atenção e, sua pouca demonstração de afeto.

Zukuskas (2011), psicóloga especialista em avaliação psicológica e neuropsicológica, relata que apenas especialistas podem realizar um diagnóstico diferencial e que muitas vezes, isso só é possível em médio prazo. Segundo a autora é importante que haja sempre dedicação para compreender como cada uma das características da S.A aparece em sua essência, além da qualidade da manifestação, para evitar diagnósticos errôneos.

Tratando ainda da caracterização, segundo Teixeira (2014), a criança

com S.A apresenta incapacidade de interagir emocionalmente com os demais, e dificuldade para desenvolver as habilidades de interação social e emocional.

Para Borges e Shinohara (2007) as principais características que distinguem a S.A do Autismo são as habilidades normais, (aqueles que alcançam o padrão médio de indivíduos da mesma faixa etária), ou seja, próximas da normalidade, inteligência e linguagem. E complementam afirmando que os pacientes com S.A “[...] diferentemente dos Autistas, tendem a ter maior consciência de suas diferenças e a apresentar maior sofrimento devido a isso”.

Nesta perspectiva, Bergo (2014) quando se refere a crianças com S.A, destaca três categorias principais do comportamento dessas crianças:

Quanto ao uso da linguagem:

O Asperger crê que antes dos 4 anos a criança portadora dessa síndrome é lúcida; após essa idade, caracteriza-se por ter gramática e vocabulário muito bons, embora as conversas girem em torno de si mesma: muitas vezes repetitiva e sem naturalidade; seu tom de voz monótono é desprovido de emoção (EDELSON, 1995, citado por BERGO, 2014, p. 107).

Quanto à cognição:

Frequentemente descrita como excêntrica, a criança com essa síndrome é obsessiva quanto a tópicos complexos, como tempo, música, história e padrões decorativos, embora exiba a predominância de um pensamento concreto, ao invés de abstrato. Apresenta falta de senso comum, embora situe seu desempenho intelectual na faixa normal dos testes de inteligência comuns, pode ficar em uma faixa acima do normal em habilidades verbais e abaixo da média nas habilidades de desempenho. Além disso, muitas crianças apresentam dislexia, problemas de escrita e dificuldade com matemática (EDELSON, 1995, citado por BERGO, 2014, p. 107).

Quanto ao comportamento:

A criança com síndrome de Asperger apresenta formas bizarras de comportamento auto-estimulatório, seus movimentos tendem a ser desajeitados e inconvenientes, mostram interação recíproca inapropriada com o ambiente, embora seja ciente de qualquer situação perigosa (EDELSON, 1995, citado por BERGO, 2014, p. 107).

Neste contexto, os critérios para se diagnosticar a S.A, de acordo com o DSM-IV são apresentados no quadro 1.

Quadro 1. Critérios Diagnósticos para F 84.5-299.80 - Transtorno de Asperger

A. Prejuízo qualitativo na interação social, manifestado por pelo menos dois dos seguintes quesitos:
<ul style="list-style-type: none"> (1) Prejuízo acentuado no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, tais como contacto visual directo, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interação social. (2) Fracasso para desenvolver relacionamentos apropriados ao nível de desenvolvimento com seus pares (3) Ausência de tentativa espontânea de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas (por ex., deixar de mostrar, trazer ou apontar objectos de interesse a outras pessoas) (4) Falta de reciprocidade social ou emocional
B. Padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e actividades, manifestados por pelo menos um dos seguintes quesitos:
<ul style="list-style-type: none"> (1) Insistente preocupação com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesses, anormal em intensidade ou foco. (2) Adesão aparentemente inflexível a rotinas e rituais específicos e não funcionais (3) Maneirismos motores estereotipados e repetitivos (por ex., dar pancadinhas ou torcer as mãos ou os dedos, ou movimentos complexos de todo o corpo) (4) Insistente preocupação com partes de objectos.
C. A perturbação causa prejuízo clinicamente significativo nas áreas social e ocupacional ou outras áreas importantes de funcionamento.
D. Não existe um atraso geral clinicamente significativo na linguagem (por ex., palavras isoladas são usadas aos 2 anos, frases comunicativas são usadas aos 3 anos).
E. Não existe um atraso clinicamente significativo no desenvolvimento cognitivo ou no desenvolvimento de habilidades de auto-ajuda apropriadas à idade, comportamento adaptativo (outro que não na interacção social) e curiosidade acerca do ambiente na infância.
F. Não são satisfeitos os critérios para um outro Transtorno Invasivo do Desenvolvimento ou Esquizofrenia.

Fonte: quadro retirado de TEIXEIRA (2014, p.4)

Ainda conforme descrito no Código Internacional de Doenças - CID-10 (2000, p. 369):

A síndrome de Asperger é um transtorno de validade nosológica incerta, caracterizado por uma alteração qualitativa

das interações sociais recíprocas, semelhante à observada no autismo com um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Ele se diferencia do autismo essencialmente pelo fato de que não se acompanha de retardo ou deficiência de linguagem ou do desenvolvimento cognitivo. Os sujeitos que apresentam este transtorno são em geral muito desajeitados. As anomalias persistem frequentemente na adolescência e idade adulta. O transtorno se acompanha por vezes de episódios psicóticos no início da idade adulta. Este transtorno também é conhecido como psicopatia autística ou transtorno esquizóide da infância.

Zukakuskas (2011), quando se refere à causa da S.A, afirma que é uma condição multifatorial, ou seja, decorrente da combinação de uma série de fatores. E acrescenta que ainda não há consenso sobre o que causaria a S. A, assim como, não há claramente um marcador biológico identificado. Mas ressalta que as características apontam para alterações de estrutura do desenvolvimento da comunicação, da socialização, e da imaginação e que certamente não aparecem de uma hora para a outra.

Nesta perspectiva, evidencia-se que a S.A não é uma doença, podendo ser entendida como um padrão comportamental “fora do padrão de normalidade” estabelecido por e/ou para um determinado grupo. Esse padrão comportamental caracteriza-se por algumas dificuldades e restrições em relação ao padrão de normalidade estabelecido socialmente, mas por outro lado caracteriza-se também por facilidades e habilidades em determinadas áreas e/ou situações.

SÍNDROME DE ASPERGER E POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

No Brasil, a inclusão escolar começou a ser discutida na década de 1980. Nosso país tem políticas públicas que dão amparo legal ao referido movimento: 1) Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1989) que no artigo 208 garante: “[...] o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Embora a Carta Magna preconize que o dever do Estado no que se refere à educação “[...] será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na

rede regular de ensino”, a inclusão escolar ainda é um tema polêmico no meio educacional e de acordo com estudiosos, existem ainda vários desafios e limites a serem superados dentro das próprias instituições; 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº. 9394/1996) (Brasil, 1996), que no artigo 4º, Inciso III preconiza: “[...] Atendimento educacional especializado gratuito aos educados com necessidades educativas especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino”.

Conforme referenciado no documento do Ministério de Educação e Cultura (MEC), Marcos Político-Legais da Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva (BRASIL, 2010) com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência começam a se estabelecer os fundamentos da inclusão no contexto da educação regular. O Art. 24 da referida convenção expressa a garantia de que “[...] pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem”. Neste sentido, o Decreto No 6.949, de 25 de Agosto de 2009, traz alguns propósitos, dentre eles:

O propósito de presente conversão é promover e proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2010, p. 35).

A educação inclusiva tem ocupado um lugar de destaque nas políticas educacionais brasileiras principalmente a partir da década de noventa, quando se observa uma ampliação das políticas de inclusão. De acordo com Glat & Blanco (2007, p.16), as políticas de inclusão no ambiente educacional são demandas de responsabilidade do governo e da escola. Inicia-se então a elaboração de diretrizes que foram oficializadas e documentadas na legitimação da educação inclusiva, oferecendo condições de inclusão social para as pessoas com dificuldades especiais, através da Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (SEE/MEC).

Ainda que a legislação brasileira tenha avançado nas questões educacionais, o cumprimento das leis para a educação inclusiva não é uma questão simples. Quando precisa oferecer o ensino para as crianças que apresentam alguma dificuldade, a escola e o professor precisam estar preparados e com recursos pedagógicos disponíveis. Neste sentido, Glat & Blanco (2007, p. 17) argumentam que

Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser mais do que um espaço para convivência, um ambiente onde ele (aluno com necessidades educacionais especiais) aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária.

A política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais surge para atender as demandas da sociedade, bem como a inclusão de novos aparatos tecnológicos no ambiente educacional, sobretudo, voltados para a Educação Especial (GLAT & BLANCO, 2007). Os autores destacam ainda que o processo de redemocratização ampliou o número de políticas públicas voltadas para a pessoa com necessidades educacionais especiais, ampliando também o acesso e também a melhoria do atendimento.

Sendo assim, a escola tem um papel fundamental na promoção do acesso ao conhecimento e na socialização das crianças que passam pelo processo de inclusão. Os professores, responsáveis diretos pelo atendimento do aluno, acabam sentindo-se sobrecarregados, uma vez que, a responsabilidade maior recai sobre os mesmos, apesar da não capacitação em muitos casos. Fato que muitas vezes, acaba se tornando algo negativo na promoção do acesso ao conhecimento e realização do trabalho pedagógico.

Na realidade, é importante destacar que limitações fazem parte da S.A e que satisfazer todas as vontades do indivíduo não é o caminho mais viável para a educação do mesmo. Neste sentido, o professor deverá estar capacitado, ser paciente e estabelecer vínculos de empatia, além disso, todos os envolvidos no processo educacional devem ter conhecimento das implicações pedagógicas desta síndrome. Stainback e Stainback (1999, p.04) destacam que:

Este fato é bastante interessante na medida em que a socialização é um aspecto importante para uma inclusão escolar bem-sucedida, pois a convivência dos alunos com necessidades educacionais especiais em ambientes comuns e as interações sociais que se estabelecem servem para aumentar uma variedade de habilidades comunicativas, cognitivas e sociais, bem como para proporcionar aos alunos proteção, apoio e bem-estar no grupo.

Martins, Silva e Mainardes (2010) afirmam que a inclusão de alunos com S. A na escola regular é necessária, a não ser que haja necessidade de serem encaminhadas para instituições específicas.

A escola é essencial para a formação científica e cultural pessoal, profissional e cidadã. Ela possibilita uma relação autônoma com a cultura e com sociedade. Ajuda os alunos a tornarem-se sujeitos pensantes, capazes de apropriarem-se da realidade, um aluno portador de necessidade especial é definido como aquele que apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e recursos educacionais maiores do que os necessários aos alunos da mesma idade (COLL, P. M, 1995 apud MARTNS, SILVA e MAINARDES (2010, p. 3).

Nesta linha de pensamento, a escola de fato tem um papel importante na vida das pessoas, embora para isso necessite estar adaptada aos mais diferenciados desafios no que se refere à educação, tendo em vista que seu espaço é destinado ao ensino sistematizado, à cidadania e à formação social de cada indivíduo, assim:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 137).

No que se refere à constitucionalidade, entendemos que a escola regular tem um papel importante na implementação dessa legislação, sendo por meio da escola que o sujeito pode desenvolver seu potencial. Nestes termos, a inclusão vinculada à garantia de uma educação de qualidade para os alunos com deficiência incluídos no ensino regular, preconizada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva determina o dever

de "[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (BRASIL, 2010, p.17).

A partir do exposto, na seqüência apresentamos uma reflexão sobre o contexto da escola regular e as práticas pedagógicas considerando a presença do aluno com S.A.

SÍNDROME DE ASPERGER, CONTEXTO DA ESCOLA REGULAR E POSSÍVEIS TÉCNICAS PARA ALFABETIZAÇÃO

As crianças que apresentam a S.A estão sempre sendo desafiadas em seu cotidiano para superar seus limites dentro do sistema educacional. Para Vygotsky (1984), representante maior da psicologia histórico-cultural, o aprendiz é participante ativo no processo de apropriação do conhecimento produzido pela humanidade no decorrer da história, ou seja, a aprendizagem está relacionada ao contexto histórico e às experiências pessoais do indivíduo.

Nesta linha de pensamento, a realidade com a qual nos defrontamos nas escolas gera preocupação, porque os professores, nem sempre se encontram suficientemente preparados para assumir a responsabilidade de alfabetizar, independentemente do grau da deficiência, transtorno ou síndrome. As escolas, por sua vez, ainda não se mostram organizadas suficientemente de forma a atender a todas as necessidades de uma criança com S.A. É preciso ter claro que, dizer a uma criança com a S.A: "Vai brincar com aqueles meninos" é o equivalente a dizer a um tetraplégico "Levanta-te, seu preguiçoso, vamos a andar!" (LOBO ANTUNES, 2006, s/p).

Para Vygotsky (1991, p.55) "[...] O aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas". Conforme o autor o aprendizado escolar constitui-se fonte do conhecimento científico para a criança em idade escolar; é por consequência, do desenvolvimento das funções complexas do pensamento da criança.

A aprendizagem tem um papel fundamental para o desenvolvimento do saber, do conhecimento. Todo e qualquer processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, incluindo aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre eles. Ele explica esta conexão entre desenvolvimento e aprendizagem através da zona de desenvolvimento proximal (distância entre os níveis de desenvolvimento potencial e nível de desenvolvimento real), um “espaço dinâmico” entre os problemas que uma criança pode resolver sozinha (nível de desenvolvimento real) e os que deverá resolver com a ajuda de outro sujeito mais capaz no momento, para em seguida, chegar a dominá-los, por si mesma (nível de desenvolvimento potencial) (VYGOTSKY, 1991, citado por TÊDDE, 2012. p.34).

FARIAS (2011), por sua vez, afirma que

[...] O desenvolvimento cognitivo é limitado a um determinado potencial para cada intervalo de idade (ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal); o indivíduo deve estar inserido em um grupo social e aprende o que seu grupo produz; o conhecimento surge primeiro no grupo, para só depois ser interiorizado (FARIAS, 2011. p.13).

Em se tratando do contexto familiar cabe à família apresentar à criança conceitos, valores e os princípios a serem seguidos. À escola cabe ampliar e continuar essa ação, mas principalmente oportunizar o conhecimento sistematizado, devendo para isso, considerar as possibilidades e necessidades da criança. Por isso, conforme destaca Zukauskas (2008, p.7)

[...] o apoio emocional da família é fundamental, pedir apoio é crucial, pois a experiência clínica mostra que a pouca aderência ao tratamento está muito associada à dificuldade da aceitação da própria família.

Quanto ao contexto escolar, vivemos uma tendência à inclusão. Neste sentido, os avanços dos marcos legais e da pedagogia no que se refere à nova proposta, são estabelecidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.5) que preconiza: “[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas

às necessidades educacionais especiais”.

Nesta perspectiva e no que se refere à S.A, Segar (2007, p.24) afirma:

A principal área de atenção à medida que a criança se move através da escola é a promoção de uma interação social mais apropriada, ajudando esta criança a atingir uma melhor sociabilidade. Treino formal e didático em habilidades sociais pode ser feito tanto em sala de aula quanto em ação mais individualizada.

Com base nos estudos realizados, é possível destacar o método de ensino denominado “Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Deficiências relacionadas à Comunicação” (TEACCH). Trata-se de um método que pode ser utilizado com os alunos com S.A e conforme descrito por Farias (2011, p.15).

Esse método foi criado para auxiliar tanto o autismo clássico quanto a Síndrome de Asperger no desenvolvimento da sua autonomia diante da sua comunicação com o meio em que vivem. Porém, o método TEACCH não se restringe ao ambiente familiar, haja vista que ele pode ser desenvolvido na escola para auxiliar estas pessoas da melhor forma possível.

Pereira (2011, p. 5) por sua vez, falando a respeito do método afirma que

[...] é um programa de intervenção terapêutica educacional e clínica, que adapta o ambiente para que a criança o compreenda com mais facilidade, que é destacado pelo Dr. Eric Schopler e sua equipe na Universidade da Carolina do Norte em 1966.

É preciso considerar, no contexto, que o referido método não pode ser viabilizado nas salas de aula do ensino regular, restringindo-se o seu uso a clínicas ou ao atendimento educacional especializado. Do exposto depreende-se que o método TEACCH pode ser utilizado tanto para os quadros de autismo quanto para os quadros de S.A, com a possibilidade de oferecer melhor comunicação e que a escola desempenha uma importante função no desenvolvimento educacional do sujeito com S.A, podendo oferecer uma estabilidade nos aspectos sociais e intelectuais. Sagar (2007, p. 65) acrescenta:

Tentando dar um ensino adequado e um plano de administração na escola, é freqüentemente útil que o pessoal de apoio e os pais trabalhem juntos, uma vez que os pais estão mais familiarizados com o que ocorreu no passado para uma dada criança. Também é útil colocar tantos detalhes quanto for possível no Plano de Educação Individual, de modo que o progresso possa ser monitorado e reaproveitado de ano para ano. Finalmente, para arquitetar esses planos, pode às vezes ser útil a ajuda de um conselheiro familiarizado no trato de crianças com a síndrome de Asperger e outras formas de (pervasive developmental disorder)³ **PDD**, como psicólogos, médicos e consultores.

Outra forma de classificação pode ser Distúrbio Abrangente do Desenvolvimento (PDD), uma categoria do Transtorno global do desenvolvimento (TGD), caracterizado por atraso simultâneo no desenvolvimento, incluindo socialização e comunicação.

Ainda segundo a autora, o ponto de partida para ajudar estudantes com S.A terem uma vida efetivamente normal na escola é que o *staff* (todos os que tenham contato com a criança) compreenda que a criança tem uma desordem de desenvolvimento e que isso faz com que ela se comporte de forma diferente dos demais alunos.

Muitos estudantes com Síndrome de Asperger respondem bem a estímulos visuais: esquemas, mapas, listas, figuras, etc. Sob esse aspecto são muito parecidas com crianças com **PDD** e autismo. Em geral, tentar ensinar baseado no concreto. Evitar linguagem que possa ser interpretada erroneamente por crianças Asperger, como sarcasmo, linguagem figurada confusa, figuras de linguagem, etc. Procurar interromper e simplificar conceitos de linguagem mais abstratos. (SAGAR, 2007, p. 24)

Enfim, conforme afirma Sagar (2007, p. 3) “[...] Os Aspergers precisam aprender estas aptidões sociais intelectualmente de maneira clara, seca, lógica como matemática, em vez de intuitivamente por meio da interação emocional normal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³ Desordem inclusiva do desenvolvimento.

A pesquisa em tela nos proporcionou uma melhor compreensão da necessidade de nos preocuparmos com uma educação inclusiva, na medida em que resgata a complexidade do processo educacional, principalmente quando envolve a educação de crianças com deficiência e/ou diferentes transtornos, neste caso específico, a criança com S.A.

Com o estudo foi possível precisar as principais características da referida síndrome, além de possíveis meios de diagnosticá-la, o que de certa forma, pode auxiliar na definição de encaminhamentos visando o desenvolvimento e aprendizagem da criança que apresenta essa condição.

Somos formados por várias características adquiridas no decorrer do processo de desenvolvimento, assim também acontece com as crianças com S.A, desse modo, destaca-se a importância do papel da família, da escola e do acompanhamento especializado, acreditando na possibilidade de desenvolvimento de cada sujeito.

Pudemos observar que a inclusão no meio escolar ainda é um tema polêmico, embora seja um direito de todos frequentar a escola regular e neste trabalho, procuramos demonstrar que pensar a inclusão é viver a experiência da diferença e vencer os preconceitos.

De fato constitui-se um desafio oferecer uma educação de qualidade, e a garantia dos direitos e apoio necessário, quando o que encontramos nas escolas é uma realidade árdua e sofrida, professores que muitas vezes não foram preparados para lidar com as situações a que se veem expostos. Neste sentido, é importante valorizar o que cada um tem a oferecer, professores, aluno e familiares, o que sugere que o problema não pode ser pensado a partir de apenas um aspecto, mas de vários aspectos que se apresentam interligados num mesmo processo.

Enfim, o estudo aponta que a superação das dificuldades que acompanham o processo de inclusão e dos obstáculos que vão surgindo com cada diferença e exigência, não é simples e nem responsabilidade de uma única pessoa ou de uma única instituição. Aponta ainda, que a inclusão da criança com a S.A, assim como, a inclusão de outros grupos definidos como público alvo da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) envolve um conjunto de fatores, um

trabalho pedagógico e técnico, com a parceria dos pais da criança e a escola e, em muitas situações a assistência de profissionais especializados para o devido atendimento. Somente dessa maneira seria possível incluir uma criança propiciando-lhe o acesso ao saber sistematizado, ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade, de modo que ela seja um dos alunos presentes no espaço da escola regular e não apenas um aluno de inclusão.

Esperamos com este estudo oferecer subsídios a pais, educadores e demais profissionais, possibilitando maior compreensão da S.A e das possibilidades de intervenção junto aos alunos com a referida síndrome.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

BARROS, Patrícia de Souza. **Avaliação da empatia em crianças e adolescentes com Síndrome de Asperger**. Rio de Janeiro, 2008

BERGO, Maria, Stela de Albuquerque. **Uma visão da Síndrome de Asperger sob o Enfoque de Vygotsky, Sergipe**. (2014) Disponível em: <www.scielo.br/scielo> Acesso em: 10 Junho. 2014.

BORGES, Manuela. SHINOHARA, Helna. **Síndrome de Asperger em paciente adulto: um estudo de caso**. Rev. bras. ter. cogn. v.3 n.1; Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB (Lei nº. 9.394)**

BRASIL. **Associação Portuguesa da Síndrome de Asperger**. Disponível em: <www.apsa.org> Acesso em: 22 set. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: Set. 2014.

BRASIL. (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1989

Código Internacional de Doenças- 10. (2008). Disponível em:<<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/cid10.htm>>. Acesso em: Set. 2014.

COLL, César, PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro. **Desenvolvimento e Educação: Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Volume. 3. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1995.

FARIAS, Josefa Patrícia Vitorino. **A síndrome de Asperger no contexto na inclusão social**. Boa Vista, 2011. Disponível em:< www.webartigos.com/artigos/a-sindrome-de-asperger-no-contexto-da-inclusao-social/84437/#ixzz3CsCNW5n5> Acesso em: 22 de Set. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana. BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

LOBO, Antunes. **Boletim do Gabeto de Psicologia**. Ed.2, 2006. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/215186001/Bo-Let-Im-Asperger> > Acesso em: 22 Set. 2014

MARTINS, Márcio Antonio Giansante. SILVA, Yara Cristina Romano. MAINARDES, Sandra Cristina Catelan. **Uma visão sobre a síndrome de Asperger**. Maringá, 2010. Disponível em: <www.cesumar.br/prppge/pesquisa/mostras/quin_mostra/marcio_antonio_giansante_ante_martins.pdf> Acesso em: 1 de Março.2014

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático** .5. ed. Brasília: CORDE; São Paulo: AMA, 2007.

PEREIRA, Cyelle Carmem Vasconcelos. **Autismo e Família: participação dos pais no tratamento e desenvolvimento dos filhos**. Facene/Famene, 2011

SEGAR, Marc. **Guia de Sobrevivência para Portadores da Síndrome de Asperger**. 2007.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Síndrome de Asperger. **Temas em Desenvolvimento**. 2. ed. Memmon: São Paulo, 1992

STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. **Um Guia para Educadores**. ed. Artmed: Porto Alegre, 1999.

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual: A Aprendizagem e a Inclusão**. Americama. 2012. Disponível em: <unisal.br/pesquisa/centro-de-publicacoes/> Acesso em : 12 Set. 2014

TEXEIRA, Paulo. **Síndrome de Asperger**. Disponível em: <www.psicologia.pt/artigos/textos/A0254.pdf> Acesso em: 22 Julho. 2014.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZUKAUSKAS, Patrícia Ribeiro. **Revista Multidisciplinar de desenvolvimento humano**. n 4, Nov, 2001.